



# O DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE E O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO MÉDICO PELO ESTADO: ANÁLISE DO PROCESSO N. 20160111277786APO – TJDFT

## **Autor(res)**

Felipe Rossi De Andrade  
Giovanna Silva Braz  
Pamela Lorrane Leal Bispo  
Charlene Maria Da Silva Pereira

## **Categoria do Trabalho**

Trabalho Acadêmico

## **Instituição**

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

## **Introdução**

O direito à saúde é um dos pilares fundamentais do ordenamento jurídico brasileiro, estando previsto expressamente na Constituição Federal de 1988 como dever do Estado e direito de todos. Dentre os muitos desafios para sua efetivação, encontra-se a resistência do poder público em arcar com obrigações que envolvem custos não previamente previstos em seu orçamento. No processo judicial n. 20160111277786APO, o Distrito Federal recorreu contra sentença que o condenou a fornecer cadeira de rodas adequada a uma menor com deficiência grave. Uma das estratégias do ente público foi alegar a incompetência da vara que processou o feito, sugerindo que a ação deveria ter tramitado no Juizado Especial da Fazenda Pública. O caso traz à tona não apenas a questão do acesso à saúde, mas também o uso de teses processuais para tentar obstar a efetivação de direitos fundamentais.

## **Objetivo**

Analisar a tentativa do Estado em se eximir da obrigação de garantir o direito à saúde por meio da alegação de incompetência dos Juizados Especiais, no processo judicial 20160111277786APO, e as implicações jurídicas dessa estratégia à luz da Constituição Federal.

## **Material e Métodos**

Este estudo adota a análise documental do processo 20160111277786APO, julgado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), com ênfase na argumentação do Distrito Federal, que alegou que a ação deveria ter sido ajuizada nos Juizados Especiais da Fazenda Pública. A autora da ação, menor com tetraparesia espástica, buscava judicialmente o fornecimento de cadeira de rodas adequada ao seu tamanho e condição física. A análise jurídica foi fundamentada na Constituição Federal, Leis n. 9.099/1995 e 12.153/2009, bem como em jurisprudência consolidada do STF e do próprio TJDFT. O estudo confronta a estratégia processual estatal com os princípios da proteção integral, da dignidade da pessoa humana e da máxima efetividade dos direitos fundamentais.



## Resultados e Discussão

A tentativa do Distrito Federal de transferir a ação para os Juizados Especiais da Fazenda Pública foi rejeitada pelo TJDF. O tribunal destacou que, nos termos do art. 8º da Lei 9.099/95, aplicado subsidiariamente à Lei 12.153/09, pessoas absolutamente incapazes — como no caso da menor autora — não podem figurar como parte em processos dos Juizados Especiais. Além disso, a decisão ressaltou que essa alegação, embora formalmente processual, visava retardar ou obstruir a efetivação do direito fundamental à saúde. A Corte reconheceu que o processo tramitou corretamente na Vara de Fazenda Pública e que a alegação de incompetência não tinha respaldo legal no contexto dos fatos. A discussão revela um padrão preocupante: o uso de teses processuais por entes públicos com a finalidade de postergar obrigações constitucionais, especialmente quando envolvem direitos de crianças em situação de vulnerabilidade.

## Conclusão

A análise do processo evidencia que a alegação de incompetência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, utilizada pelo Estado como argumento de defesa, não encontrou respaldo jurídico. O TJDF firmou posição no sentido de que ações que envolvam menores absolutamente incapazes devem tramitar nas varas comuns, resguardando os princípios do contraditório, ampla defesa e participação do Ministério Público. O caso também ilustra a tentativa recorrente da Administração Pública de evadir-se de suas responsabilidades constitucionais mediante uso estratégico do direito processual. A jurisprudência, entretanto, tem reafirmado que os direitos sociais — especialmente o direito à saúde — não podem ser condicionados a formalismos que, em última instância, violam a dignidade humana.

## Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 set. 1995.
- BRASIL. Lei nº 12.153, de 22 de dezembro de 2009. Institui os Juizados Especiais da Fazenda Pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 2009.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Processo n. 20160111277786APO. Rel. Des. José Divino. Julgado em 06 set. 2017.